

15 MAI 1985

Política interna e negociação externa Dívida ext

O Brasil entrou numa fase muito delicada da renegociação de sua dívida com os bancos privados estrangeiros e do seu programa de ajustamento com o Fundo Monetário Internacional. Com efeito, os resultados dos dois próximos meses, período mínimo para chegar-se a um acordo com o FMI, serão decisivos. As negociações com o FMI serão difíceis, mas, além disso, haverá dificuldades no plano interno, especialmente neste período.

É mister entender que nosso país segue, presentemente, uma política muito pouco ortodoxa, aos olhos do FMI, e será julgado à luz dos resultados a ser conseguidos nas próximas semanas. Com efeito, o FMI considera que toda política de reajuste exige um forte aperto monetário. Ora, o governo fixou o limite da expansão monetária em cerca de 150%, com a esperança de conter a inflação na faixa de 200%. Como em 1984 havia estabelecido, com os economistas do FMI, o crescimento da base monetária em apenas 50% (o crescimento foi, na realidade, de 243,8%), pode-se perceber que o organismo interna-

cional não aprovará facilmente uma expansão de 150%... Na famosa sétima "carta de intenção", que nem chegou a ser apresentada ao board do organismo internacional, o governo reiterou seu propósito de acabar com os controles de preços, com exceção dos referentes aos monopólios. Ora, o novo governo não somente restabeleceu um severo controle como congelou, temporariamente, alguns preços, bem como as tarifas de serviços públicos.

O Brasil terá de demonstrar ao FMI, organismo aferrado à cartilha do liberalismo, que conseguiu controlar a inflação de modo duradouro, seguindo essa política pouco ortodoxa. O governo será julgado com base nas declarações que o ministro da Fazenda prestou na Câmara dos Deputados, quando anunciou sua disposição de reduzir de 8% os gastos das empresas estatais, de diminuir o déficit da Previdência Social também cortando despesas (leia-se: benefícios) etc. Se nestas próximas semanas não se fizerem cortes reais nas despesas, o ceticismo dos credores estrangeiros se aprofundará.

Nosso governo terá certamente muita dificuldade em convencer os credores de que os reajustes salariais admitidos e o princípio de trimestralidade dos mesmos não estão provocando uma explosão nos preços. Não há dúvida de que, até agora, o novo governo conseguiu conter firmemente a expansão da base monetária, mas é difícil crer que nos próximos meses se manterá essa contenção. Os resultados referentes ao controle da inflação, em abril, foram bons, e em maio, provavelmente, também o serão, mas pode-se perguntar: quando cessar o congelamento de preços e tarifas, aliás no momento mesmo em que se farão sentir os efeitos dos reajustes salariais, será possível impedir nova explosão dos preços? Será este o teste decisivo para saber se o governo conseguirá obter a aprovação do FMI a seu programa, que, aliás, nos parece razoável.

O argumento do governo tem peso: o Brasil mostrou que os apertos monetários do passado (em 1983, por exemplo) não impediram a elevação da taxa de inflação e a liberdade de preços, com o regime de indexação,

não favoreceu a queda destes. A aposta do ministro Francisco Dornelles é audaciosa. Considera ele que o controle de preços permite neutralizar os efeitos negativos da expectativa de inflação nos preços de hoje. Por outro lado, considera que, hoje, o grande déficit do setor público aloja-se no serviço das suas dívidas externa e interna, ambas indexadas. Ora, atrasando-se, por meio do controle e do congelamento provisório, a correção monetária e cambial, reduz-se o ônus do serviço dessa dívida num montante que compensa as perdas provenientes do não-reajustamento das tarifas, especialmente por haver algumas empresas (como a Petrobrás) capacitadas a suportar, sem dificuldades, uma queda de suas receitas, que afeta apenas parte de seus lucros. Trata-se de um argumento válido no plano teórico: tem de ser comprovado na prática... O ideal certamente teria sido que, nesta fase de renegociação, se pudesse manter sob controle a política salarial, que hoje pode frustrar e até tornar altamente perniciosa a política de controle da inflação calcada no controle dos preços.